

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2014:**

---Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, António da Silva Garrido e Bibiana Secundina Dias Oliveira. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Anabela Solinho Martins, em substituição de Luís António Albuquerque Nunes de Sá e Melo,
Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua,
Artur Jorge da Silva Viana,
Otilio Fradique dos Santos Hipólito, em substituição de Manuel Joaquim Marques Peres Filipe
Maria Alexandra Campos Esteves Faria Vilar,
Luzia Filipa Carvalho Miquelino,
António de Sousa Cepa,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Helena Maria Carvalho de Abreu,
Beatriz Paula de Sá Lima de Matos,
Alberto Francisco Amaro Ferreira,
António Vendeiro Catarino,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
João Eduardo Pinto Felgueiras,
Maria Goreti Cardoso Lima,
Paulo Fernando Alves Marques,
António Viana da Cruz,
Manuel António Lima Torres Ribeiro,
Eduardo Oliveira Maia,
Manuel Alberto Moreira Melo, em substituição de Luís António Sequeira Peixoto,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães,
Jorge Manuel Neto Filipe e
Mário Pires de Boaventura.

---Sendo vinte e uma horas e vinte minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

António Maranhão Peixoto,
Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão em substituição de João Maria de Sousa Nunes da

Silva,
Jaquelina Casado Afonso Areias,
Rui Manuel Martins Pereira,
Maria Raquel Morais Gomes do Vale e
Berta Filipa Gonçalves Viana.

---Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos:
Helena Maria Carvalho de Abreu,

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

01.01 – ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2013 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e nove de novembro de 2013 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2013.

Por não ter estado presente e conforme declarou, absteve-se o senhor deputado, Otilio Fradique dos Santos Hipólito. -----

01.02. – ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2014 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e sete de fevereiro de 2014 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

POR PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL O PRESENTE ASSUNTO FOI RETIRADO. -----

01.03. – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

Relativamente à correspondência recebida, o senhor Deputado Manuel Carvoeiro, do Grupo Político PCP, referiu que da listagem que teve oportunidade de receber, tem dois officios, sendo que um deles tem em mãos, e é dirigido ao Presidente da Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, sobre a escola pública e onde é sugerido que seja colocado à discussão da Assembleia da República o assunto, para que seja analisado. Mais referiu que a Associação de Estudos de Direito Regional e Local, tem uma publicação periódica que visa temas atuais de direito local, apelando assim para que a Assembleia Municipal subscreva a revista, que custa cerca de 60€.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que apesar de estar assinado pelos

subscritores não consegue identificar quem são os subscritores. Mais referiu que compete à mesa analisar os documentos e propor à discussão os assuntos mais cabais. Neste caso a matéria em causa poderá ser apreciada e discutida pela comissão permanente e não na Assembleia Municipal.

Relativamente à revista publicada pela Associação de Estudos de Direito Regional e Local, o senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que também concorda e que irá propor a subscrição da referida publicação.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

01.04. – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.

Interveio Albino Penteado Neiva, do Grupo Político do PSD, apresentando, inicialmente, um voto de pesar pelo falecimento do senhor Manuel Veloso da Silva, no dia 18 de Março passado, irmão do Senhor Presidente desta assembleia Municipal, Dr. Agostinho Silva, subscrito por todos os Grupos Políticos, e que se transcreve:

“Em virtude do falecimento do senhor Manuel Veloso da Silva, no dia 18 de Março passado, irmão do Senhor Presidente desta assembleia Municipal, Dr. Agostinho Silva, propomos seja aprovado um voto de pesar por tal doloroso acontecimento, apresentando sinceras condolências ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes familiares. Que desta deliberação seja dado a conhecer à digníssima família.”

Continuando a sua intervenção, cujo teor se transcreve:

“As eleições europeias decorrem no próximo dia 25 de Maio. Dado não haver qualquer Assembleia Municipal até essa data, não ficaria bem com a minha consciência se aqui não abordasse, embora de forma ligeira, este assunto. Em nosso entender estamos perante umas eleições que se revestem de muita importância – não como alguns querem fazer crer que serão uma espécie de primárias para as legislativas, são objectivos diferentes e em nada se interligam, mas sim porque vai ser pela primeira vez que elegemos deputados que vão ter a responsabilidade de escolher um novo líder para dirigir a Comissão Europeia o que significa que, indirectamente, estamos, também, a votar em quem queremos que seja o próximo líder da União Europeia. É por isso que julgo que nos devemos fazer representar no Parlamento Europeu por aqueles que são mais capazes, que melhor compreendem a situação em que Portugal se encontra e que se colocarão na primeira fila europeia na defesa intransigente dos interesses de Portugal. É importante que se clarifiquem os grupos ou famílias políticas europeias pois da sua acção sairão as políticas da Europa que em muito influenciam as próprias políticas nacionais. Participar activamente nestas eleições não é só por uma questão de dever cívico mas, sobretudo, porque é importante que a Europa veja que Portugal não quer deixar de participar activamente na construção europeia, exigir que esta, ao defender um Investimento Territorial Integrado, privilegie as comunidades intermunicipais, as autarquias, as Associações empresariais, etc. Não nos devemos esquecer de quão importante são para nós os Programas Operacionais Nacionais e os Regionais mas, para fazermos ouvir a nossa voz, para podermos discutir par a par com os nossos parceiros europeus só será viável se no acto eleitoral exprimirmos essa mesma vontade. Queremos dizer à Europa que chega de políticas que nos

tem conduzido à falta de competitividade, de políticas que, de certa forma, aniquilaram as nossas pescas e a nossa agricultura. Queremos uma Europa com políticas mais solidárias. Por isso daqui apelo para que votemos em força nestas eleições europeias para que os nossos deputados tenham a força suficiente para fazer ouvir a voz de Portugal e dos Portugueses.”

Interveio seguidamente Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, que apresentou uma moção conjunta subscrita por todos os Grupos Políticos, cujo conteúdo se transcreve:

“Contra a privatização da Empresa Geral do Fomento (EGF) – Pela defesa do serviço público!

Ao longo dos anos, o Poder Local Democrático, enquanto conquista maior do 25 de Abril, tem contribuído para o desenvolvimento e valorização das condições de vida das populações, sendo de destacar os significativos avanços nos sectores das Águas e Resíduos.

Entre 1976 e 1993, os sectores das Águas e Resíduos eram da responsabilidade exclusiva do poder local do Estado, sendo a sua gestão controlada por órgãos democraticamente eleitos e direcionada para a prestação de um serviço exclusivamente público.

Em Julho de 1977, com a publicação da Lei de Delimitação dos Sectores, foi vedada a entrada a empresas privadas nos sectores das Águas e Resíduos.

O atual Governo PSD-CDS/PP, com a recente e já aprovada alteração à Lei de Delimitação dos Sectores, com os novos Estatutos da Entidade Reguladora das Águas e dos Resíduos (ERSAR), e igualmente com a apresentação do PERSU 2020, considera estarem criadas as condições para concretizar a privatização da EGF. A Empresa EGF é a sub-holding do Grupo Águas de Portugal (AdP) responsável por assegurar o tratamento e valorização de resíduos a cerca de 60% da população de Portugal, que corresponde a 6,4 milhões de habitantes.

A EGF é a acionista maioritária da Empresa RESULIMA – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA, com 51% do capital social, sendo os restantes 49% do capital social pertencentes aos 6 municípios inseridos na sua área de atuação, inseridos no Vale do Lima e Baixo Cávado. (Arcos de Valdevez, Barcelos, Esposende, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo), que exercem a dupla qualidade de acionistas e clientes. O Governo, ao vender a EGF, detentora de 51% do capital social da RESULIMA, a grupos privados e pressionando os Municípios para que cedam as suas participações igualmente aos privados, desconsidera a possibilidade dos Municípios enquanto acionistas, adquirirem os 2% necessários para que estes possam deter a maioria do capital social da RESULIMA (51%).

Ademais, a privatização da RESULIMA levaria à perda de controlo de uma empresa de extrema importância para o Vale do Lima e Baixo Cávado. A empresa RESULIMA, ao sair da esfera pública para o capital privado, deixará de ter a atual proximidade com as populações, levará a uma perda na qualidade dos serviços prestados, e iremos assistir à adoção de medidas orientadas exclusivamente para a obtenção do lucro o que levará inexoravelmente, ao aumento dos lucros, tudo com graduais e gravosos aumentos das tarifas e, por esta via, ao agravamento das condições de vida de muitas, muitas famílias já tão penalizadas com as políticas de austeridade.

Assim, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em 29 de abril de 2014 delibera:

- 1 – Manifestar a sua firme vontade de não aceitar a privatização da Empresa EGF;*
- 2 – Adotar, em ligação estreita com a Câmara Municipal de Esposende, todas as medidas para preservar, no domínio público, a competência do tratamento de resíduos sólidos urbanos;*
- 3 – Dar a conhecer esta decisão aos restantes acionistas da RESULIMA;*
- 4 – Dar a conhecer esta deliberação ao Senhor Primeiro-ministro, ao Sr. Ministro do*

Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Associação Nacional de Municípios Portugueses, aos órgãos de comunicação social e à população em geral.”

Continuando a sua intervenção,

“O Sr. Presidente da Câmara Municipal elaborou o Relatório do Grau de Observância do Respeito pelos direitos e garantias constantes do estatuto do direito de oposição referente ao ano de 2013.

Neste relatório o Sr. Presidente da Câmara Municipal, aliás na senda dos seus antecessores, refere que foi cumprido escrupulosamente o Estatuto do Direito de Oposição plasmado na Lei n.º 24/98, de 26 de maio.

O que não corresponde à realidade. Ao invés, ano após ano, e novamente em 2013, o Estatuto do Direito de Oposição foi, deliberada e conscientemente, violado, designadamente no que tange ao direito de audiência prévia.

Relembro, sobre esta matéria, a intervenção que, em 29 de novembro de 2013, proferi nesta Assembleia. Disse, então: neste momento de apreciação da proposta da Câmara Municipal de Esposende sobre os documentos previsionais para o ano de 2014, não posso deixar, e pelo nono ano consecutivo, de lamentar, repudiando, o não cumprimento pela Câmara, enquanto órgão executivo do município, do Estatuto do Direito da Oposição no processo atinente à elaboração das propostas que ora nos são apresentadas.

Trata-se de uma conduta ilegal e reprovável no plano político.

É que a Lei n.º 24/98, de 26 de Maio (Estatuto do Direito da Oposição), no n.º 3 do seu art.º 5.º, estabelece que os partidos políticos, representados nas assembleias municipais que não tenham assumido pelouros nas câmaras, têm o “ direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade”.

Estamos perante um direito de consulta prévia que obriga os detentores do poder a consultar a oposição na elaboração dos orçamentos e opções do plano. Ou seja, não se trata de apresentar as propostas quando estas já foram aprovadas ou estão em vias de o ser na Câmara Municipal. É, pois, um direito de consulta prévia com um conteúdo mais amplo, visando permitir sugestões e contributos da oposição. Omissão que tem configurado, para além do incumprimento da Lei, um flagrante e ostensivo desrespeito pela oposição.

E tudo é mais grave, quando, através de requerimento, solicitei ao Sr. Presidente da Câmara, para o exercício de tal direito, que procedesse, necessariamente em tempo, no âmbito da elaboração dos documentos previsionais para 2014, à audição prévia do PCP. O que não aconteceu”.

Portanto, estamos perante um relatório não consentâneo com a realidade e, por isso, não rigoroso no plano legal e falho de credibilidade no plano político.”

Continuando, referiu que relativamente à correspondência rececionada há a ideia repetida de que os políticos são todos iguais, os partidos são todos iguais, sem qualquer distinção, e há aqui um exemplo de que isso não se verifica. As senhoras e os senhores deputados viram na lista de correspondência recebida, e isto acontece em todas as assembleias, que o único partido que informa esta Assembleia e a Câmara Municipal e que informa as Assembleias de Freguesias e as Juntas de Freguesia de toda a sua atividade parlamentar, não só de âmbito local mas de âmbito nacional, é o Partido Comunista Português. Já Agostinho Lopes o fazia e a Carla Cruz continua a fazê-lo, e só com um deputado neste distrito. O CDS, o PS e o PSD com vários

deputados não dizem nada aos órgãos locais. É um desrespeito, não sabemos qual é a intervenção deles, que trabalho têm na Assembleia da República sobre os problemas locais. Este aspeto deve merecer a nossa atenção e devemos ser justos relativamente a estas matérias e portanto os políticos não são todos iguais.

Gostaria de colocar algumas questões ao senhor presidente da Câmara Municipal: na última Assembleia Municipal, quando lhe foi colocada a questão do amianto no Bairro de Sucupira, o senhor Presidente disse que havia um estudo que provava a não existência de riscos para a saúde naquela zona, a minha intervenção foi pública e estes dias tenho falado com algumas pessoas que lá residem, sei que não há estudos epidemiológicos naquele bairro, mas era importante saber o porquê de ali ser um foco de várias doenças de natureza oncológica, pois onze ou doze pessoas já faleceram e poderá existir alguma relação. Evidentemente que não existe esse estudo epidemiológico, mas era importante que se conhecesse o estudo que o senhor Presidente referiu que foi feito naquela zona.

Irei pedir por escrito, mas era bom que enviasse aos membros desta Assembleia para que tenhamos toda a informação sobre esta matéria.

Relativamente aos Moinhos de Abelheira, gostava que fizesse o ponto de situação, para saber definitivamente se não vamos ter intervenção nos Moinhos de Abelheira. Foram iniciados processos de expropriação daqueles terrenos, foram adquiridos moinhos, mas qual é o ponto de situação? O povo das marinhas quer saber.

Outra questão que tem sido colocada é sobre a zona de Ofir, há muito tempo que as pessoas se interrogam, se ali na zona das torres de Ofir, hotel Ofir, parque do rio e na zona mais densa do pinhal, aquela zona está servida com rede de saneamento básico. O senhor Presidente tem alguma informação sobre isto? Qual o ponto de situação das obras nas praias de Ofir e Apúlia? Que intervenção vai acontecer nestas zonas?

Outro aspeto que quero referir tem a ver com as flores, ou melhor a falta de canteiros com flores na cidade de Esposende. Temos canteiros mas com vegetação, quando contratualizamos estes serviços era importante chamar a atenção para este aspeto, neste tempo primaveril era importante que a nossa cidade tivesse flores de múltiplas cores e não canteiros verdes sem brilho.

Senhor Presidente, sou um frequentador assíduo da Biblioteca Municipal. Há uns anos atrás ia à Biblioteca consultar revistas e elas estavam atualizadas, hoje encontro lá revistas de 2009, como é o caso da revista "Vértice", concordo que haja cortes, mas existe bibliografia em que não podemos correr esse risco, fica mal a uma biblioteca que está bem apetrechada noutras matérias, mas na questão das revistas não. Acho importante ter isto em atenção.

Interveio seguidamente João Felgueiras, do Grupo Político do PS, cuja intervenção tem o seguinte teor:

"Começo esta minha intervenção por me congratular com o facto de todo o Executivo Camarário e esta Assembleia Municipal terem levado a efeito as comemorações dos 40 anos do 25 de Abril. Nunca será demais relembrar uma data que nos deu a possibilidade de estar aqui hoje, de exprimir as nossas ideias sem censura, de ser livre. Só não o fiz na sessão solene, por motivos familiares inesperados.

Não vivi a censura, não vivi as "agruras" do Estado Novo, nasci formatado para a Liberdade, tal como a minha geração. Mas, nunca será demais relembrar todos aqueles que contribuíram para esta Liberdade; nunca será demais relembrar às gerações vindouras o porquê da Liberdade e o quanto esta custou a conquistar.

Só saberemos quem somos se soubermos de onde vimos, se soubermos a nossa história, por isso, a exposição inaugurada, o livro editado e a sessão da Assembleia Municipal comemorativa da data, foram um bom indicador para que todos vivamos o 25 de Abril, com os ideais de liberdade renovados e reforçados.

Posto isto, e continuando numa toada de responsabilidade, e porque na Justiça assenta um dos principais pilares da Liberdade conquistada nos idos de 1974, gostaria de questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre as medidas que o actual Executivo tem tomado acerca da desclassificação do Tribunal de Esposende? Se tomou medidas, quais foram elas e quais as suas repercussões?

Senhor Presidente da Câmara:

Ouvi atentamente as palavras que proferiu na manhã do dia 25, aquando da apresentação do livro da autoria do Dr. Penteado Neiva, e retive duas ideias importantes, as quais partilho:

- *“justiça mais próxima dos cidadãos”;*
- *“democracia participativa”;*

Sei, Sr. Presidente, que esta reforma do mapa judicial foi definida num gabinete de Lisboa de uma qualquer sociedade de Advogados, sendo que o poder local não terá sido tido nem achado para se pronunciar sobre estas questões. Mais uma vez este Governo utiliza a tática da primeira Bomba Atómica: explode e depois vamos ver no que dá...

Ora, se o poder local não foi tido nem achado, tem forçosamente que reagir; não pode ficar parado, de braços cruzados à espera que algo aconteça.

A Justiça será afastada dos cidadãos do Concelho de Esposende, o que , trará consequências nefastas a nível económico (o tão almejado vector onde vossa excelência quer investir e é a sua grande bandeira para estes 4 anos) e obviamente será mais uma “machadada” nos serviços disponíveis para todos os Esposendenses. Aqui sim, Sr. Presidente, chame-se o povo, ponha-se em marcha a tal democracia participativa. No concelho, infelizmente ainda não existe de forma vincada esta cultura participativa, dai que cabe ao poder local despoletar esta consciência.

Até agora, não vimos nada...

Quem perde é o Concelho, quem perde é o povo!!!

Senhor Presidente:

Na última Assembleia Municipal, Vª. Exª, quando confrontado sobre as visitas de forças políticas ao Concelho de Esposende para se inteirarem da erosão costeira provocada por um Inverno rigoroso, informou os presentes que o Sr. Ministro do Ambiente se deslocaria a Esposende nos dias seguintes para “in loco”, se aperceber da situação e acertar as medidas necessárias para fazer face a esta problemática.

Pelo que pude constatar, e penso que não andarei assim tão distraído, o Sr. Ministro nem cá pôs os pés! Bem sei que o Sr. Ministro não é de estatura elevada, mas dai a passar despercebido vai uma grande distância. Mais uma vez, somos remetidos para segundo plano quando se trata de vir cá quem tem, efectivamente, o poder decisório... A data até já estava marcada, Senhor Presidente...

Mas não me estranha, afinal de contas, foi este mesmo ministro que já em tempos passados fora agraciado pelo Concelho de Esposende, sendo que também nem sequer cá veio para receber a respectiva “graça”...

Talvez ainda não saiba onde fica Esposende... e por isso sugiro que a próxima comenda, seja um moderno GPS, em vez de uma reluzente medalha..

Mas, se não veio o Sr. Ministro, veio o seu Secretário de Estado e o que gostaria de perguntar, Sr. Presidente é que medidas serão implementadas no Concelho de Esposende com vista a mitigar o problema da erosão costeira? E quando?

Falando de outra temática, já defendida pela bancada do PS aquando da apresentação dos documentos previsionais, e tendo sido alertado para este facto, verificamos aquilo que se esperava: uma escalada de valor de IMI cobrado a todas as famílias que no Concelho têm a sua habitação.

Senhor Presidente, tendo a Câmara Municipal contas tão equilibradas, porquê sobrecarregar os Esposendenses com esta carga fiscal?

Se olharmos para a Câmara como uma empresa, quem são os seus accionistas? Naturalmente, os Municípes!

Ora, quando uma empresa tem lucro, normalmente são pagos dividendos; ... mas não sendo a Câmara uma empresa, no sentido lato, pague-se, ao menos, dividendos aos municípes baixando o valor do IMI para o valor mínimo permitido.

Bem sabemos que são propostas de uma cor política diferente, mas torne-as suas, pois, certamente, os municípes agradecem.

E falando ainda de Imóveis, Sr. Presidente, há um em particular que deveria suscitar especial atenção de V.^a Ex.^a: o edifício dos Paços do Concelho. Quem por ali passa, verifica que a zona mais antiga do edifício precisa urgentemente de uma pintura e as portadas de uma renovação. É a sala de visitas de Esposende e deveria ser bem tratada, para que quem nos visita, não fique com alguma sensação de desleixo, por parte da edilidade, quanto à sua e nossa Casa.

Por último, e para não me alongar muito, gostaria de questionar sobre um projecto que era para ser e agora parece que já não é, mas ainda não sabemos muito bem qual o seu estado. Falo, claro está, do Parque da Cidade.

Senhor Presidente, este projecto será ou não para avançar?

É que se verifica que a bomba de gasolina nos terrenos, onde supostamente, será (nem sei que tempo verbal utilizar devido a tanta indefinição!) para implementar o parque da cidade, já foi retirada e o terreno colocado à venda. A Câmara, que aumentou o valor para a aquisição de terrenos, estará ainda a pensar adquirir o mesmo?

Não sou grande avaliador dos números retratados no relatório de Gestão; deixo, porém, a oportunidade, para quem saberá melhor do que eu escamotear os mesmos; mas as questões que coloco Senhor Presidente são preocupações de quem busca o melhor para o seu Concelho e que transcendem em muito os números deste relatório, embora esteja ciente que sem o que eles representam, pouco ou nada se possa fazer... ”

Intervio seguidamente Luzia Miquelino, do Grupo Político do PS, cuja intervenção tem o seguinte teor:

“Decorrido mais de meio ano sobre o início deste mandato autárquico parece-me oportuno fazer um ponto da situação sobre o “estado” do nosso concelho, agora que estamos em plena execução do primeiro orçamento municipal aprovado pela actual maioria.

Aqui, como no resto do País, estamos a pagar o duro preço das políticas de austeridade;

Aqui, como no resto do País, a maioria da população vive com muitas dificuldades e olha o futuro com angústia;

Aqui, como no resto do País, assistimos à partida - para os caminhos da emigração - de muitos familiares e dos nossos vizinhos, que não encontram nesta terra possibilidades de viverem a vida que desejam e a que têm direito.

Por essa razão, é importante começar por lembrar que a criação de emprego e o incentivo à fixação de empregadores foi uma matéria consensual na última campanha eleitoral autárquica, na qual, todos os partidos candidatos elegeram o emprego como a prioridade dos seus programas.

É, também, necessário referir que uma sociedade justa e solidária – o tipo de sociedade que, estou certa, todos desejamos para Esposende – depende de políticas públicas consequentes.

Naturalmente, ninguém espera que a Câmara Municipal resolva todos os problemas com que lutamos. Não queremos que a Câmara Municipal resolva esses problemas, mas o que esperamos é que ajude a resolvê-los. Esperamos, todos esperam, que a Câmara Municipal faça alguma diferença.

Entre nós, há muito a fazer, em vários domínios de intervenção e estão assinalados vários investimentos importantes para o desenvolvimento de Esposende, sendo alguns deles promessas eleitorais do PSD e, outros, compromissos que transitam do mandato anterior, também de maioria PSD.

Num concelho onde, comprovadamente, os seus habitantes e os agentes económicos que nele operam pagam das mais elevadas taxas e tarifas de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, uma taxa de IMI que, não sendo a máxima, não deixa de ser elevada, e onde a disponibilidade de serviços públicos está a ser gradualmente reduzida, como aconteceu recentemente com o Tribunal Judicial; é fundamental que o Município seja capaz de tomar medidas que fixem população a atraiam visitantes regulares a Esposende, sob pena de virmos a assistir a um lento, mas inevitável, declínio deste concelho.

Os esposendenses pagam bem caro o privilégio de o serem e este “estado de coisas” não é sustentável por muitos anos.

Por esse motivo, não deixa de ser preocupante verificar que este mandato autárquico iniciou-se sob a égide da continuidade e da gestão corrente e parece bloqueado e com falta de ambição.

Dirão que é cedo para esta conclusão, mas o tempo passa e não podemos deixar de o assinalar.

Ainda hoje, percorremos a página de informação na internet do Município, e vemos, link após link, uma repetição ritualizada de iniciativas já com alguns anos e um tom de auto congratulação desajustado da realidade que nos rodeia.

Por muito meritórias que sejam – e são-no, na maioria dos casos – as iniciativas cívicas, culturais e desportivas que preenchem a acção pública e publicada da autarquia, elas não podem ser um fim em si mesmo, porque não são suficientes para, parafraseando o Sr. Presidente da Câmara, “ganhar o futuro”.

Ora, é tempo de olhar de frente para esse futuro e saber que tipo de concelho vamos ser.

Não basta proclamar a aposta na acção social e no desenvolvimento económico de Esposende: é necessário concretizar essa aposta, através de medidas concretas e apresentar resultados.

E o que vimos, até agora, não entusiasma; porque a uma salutar preocupação com o equilíbrio financeiro da autarquia não corresponde uma acção prática consequente, quando vemos que a Câmara Municipal comprou um terreno por mais de 300 mil euros, sem que o seu uso público esteja bem definido; ou quando uma empresa municipal – que pratica preços exagerados que oneram as famílias esposendenses, mês após mês – permitiu-se gastar mais de 600 mil euros na aquisição desnecessária de pavilhões industriais, dando razão àqueles que, em devido tempo, propuseram uma baixa das tarifas de água e saneamento.

Ora, pelos vistos, há dinheiro nos cofres! Pelos vistos, o Município tem alguma capacidade financeira e apresenta resultados consistentes com essa conclusão.

Importa, por isso, saber, desde já, que medidas e projectos, em concreto, vai a Câmara Municipal desenvolver e implementar com vista ao desenvolvimento económico e à criação de emprego? Vão ser criados Parques Empresariais? Sim ou não? Onde se vão localizar esses parques? A quem se destinam? Serão comprados terrenos destinados a outros projectos?

Na área da acção social, estão previstos o apoio a actividades e projectos de Solidariedade Social e o Programa de Apoio à Habitação. Contudo, verifica-se que a verba inscrita no orçamento municipal para estas actividades é, comparativamente, 10% da verba que foi paga pelo aluguer de uma pista de gelo. Afinal a aposta na área social é para valer, ou vai continuar confinada à actividade da Loja Social?

A aposta no Turismo é para valer, ou vamos continuar a falar, ano após ano, em projectos que nunca se concretizam?

Que planos tem a Câmara Municipal para a Estação Rádio-naval de Apúlia e para o Forte de S. João Baptista? A Câmara Municipal vai continuar a assistir, de braços cruzados, à degradação deste importantíssimo património público? Para quando o fim da indefinição quanto ao seu destino?

Qual é o estado do projectado "Parque Temático dos Moinhos da Abelheira"?

No início do seu mandato, o Sr. Presidente da Câmara em entrevista a uma rádio e a um jornal regional afirmou que "a economia do mar está por explorar em Esposende".

Tendo presente esta sua afirmação e o compromisso, do seu antecessor, com a Associação de Pescadores Profissionais do Concelho de Esposende de que a Câmara Municipal suportaria o custo de uma intervenção inicial de limpeza e desassoreamento da Doca de Pesca, em face do incumprimento por parte do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, é sua intenção concretizar essa intervenção? Especialmente depois de se saber que análises recentes aos dragados não revelaram contaminação por metais pesados, sendo que esse foi um dos argumentos que, ao longo dos anos, justificou essa não intervenção?

(...)

Sr. Presidente da Assembleia,

Sr. Presidente da Câmara,

Srs. Vereadores,

Srs. Deputados Municipais:

Estas indefinições, algumas contradições e as respostas que já podemos antecipar, revelam comodismo e alguma falta de visão estratégica na condução dos destinos do Município.

Continuamos sem revisão do Plano Director Municipal o que, tendo em conta a importância estratégica desse documento para o desenvolvimento sustentado do território do nosso concelho, é uma lacuna gravíssima que urge resolver.

Continuamos sem uma aposta decisiva na educação. Esta Câmara Municipal desistiu – porque foi de uma verdadeira desistência que se tratou, inscrevendo verbas ridículas no orçamento municipal para este fim, com o apoio de muitos dos presentes nesta sala – da construção dos Centros Escolares de Apúlia e de Marinhas, colocando-nos atrás de muitos municípios que, em boa hora, aproveitaram a oportunidade de financiar com verbas comunitárias a renovação do seu parque escolar.

Hoje, temos uma rede de escolas desequilibrada, com claro prejuízo para as crianças e os jovens do nosso concelho. Na cidade de Esposende não existe, sequer, pré escola pública.

É responsabilidade desta maioria reverter este estado de coisas. Só assim cumprirá a sua obrigação."

Depois das intervenções políticas foi pelo presidente da mesa referido que se passaria de

seguida à votação do voto de pesar e da moção.

Colocados a votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia, obtiveram-se as seguintes votações:

1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR MANUEL VELOSO DA SILVA, IRMÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DR. AGOSTINHO SILVA. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR MANUEL VELOSO DA SILVA, IRMÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DR. AGOSTINHO SILVA. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA. --

2 – MOÇÃO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA EMPRESA GERAL DO FOMENTO (EGF) – PELA DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A MOÇÃO APRESENTADA. MAIS DELIBEROU REMETER A PRESENTE MOÇÃO AOS RESTANTES ACIONISTAS DA RESULIMA, AO SENHOR PRIMEIRO MINISTRO, AO SENHOR MINISTRO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA, AOS GRUPOS PARLAMENTARES DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES, AOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E À POPULAÇÃO EM GERAL. -----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, iniciando a sua intervenção respondendo às questões colocadas, começando por responder ao Dr. Manuel Carvoeiro no que concerne à questão da EGF, tendo referido que a resposta foi dada com esta votação unânime, no seguimento do que já havia sido feito na reunião de câmara, onde a CDU não tem participação mas quer os grupos políticos do CDS e PS através dos seus representantes na Câmara Municipal, votaram por unanimidade no documento que, aliás, não carecia de aprovação do executivo municipal. Continuando, o senhor Presidente referiu que foi questionado, enquanto presidente de câmara, se o Município de Esposende queria ou não exercer o direito de venda.

Logo à partida a posição assumida foi de que a câmara não pretendia vender a sua participação, sendo que podia comprar caso algum Município quisesse vender. Para reforçar a posição do Município de Esposende, foi enviado um ofício a dizer claramente que não havia interesse na venda e que o mesmo não concordava com a posição do Estado.

Continuando no uso da palavra, o senhor Presidente informou que o Relatório de Avaliação do Plano de Gestão de Riscos não vai ser sujeito a votação, apenas é para conhecimento da Assembleia Municipal.

No que concerne à questão do amianto, foi informado que há um estudo que está na posse do município, realizado em 2011, que concluiu que as concentrações que existem da substância que poderá provocar cancro, são de 0,001 de partículas por metro cúbico de ar, sendo que o aceitável legalmente é de 0,1, ou seja, estamos perante um valor muito abaixo do limite.

Apesar de nada indicar que possa haver um problema derivado dessa situação, é intenção do município requalificar aqueles edifícios, mas há problemas de base bastante difíceis para gerir, nomeadamente a questão da propriedade, pois o município é proprietário de algumas frações, sendo que outras são de particulares, e isso gera algumas dificuldades na apresentação de uma candidatura. No entanto, a câmara está atenta a esse fator e no âmbito da eficiência energética seria excelente que se conseguisse intervir naqueles edifícios, requalificando-os e criando melhores condições de eficiência energética e, assim, substituir a cobertura.

O senhor Presidente da Câmara, continuando com a sua intervenção, referiu que existe esta dificuldade, tendo lançado um desafio à Assembleia, para que, todos juntos e por indicação do senhor presidente da assembleia, se consiga convencer as pessoas a organizar uma associação de moradores, pois poderá ser uma das soluções, pois em regime de condomínio torna-se muito difícil. Se assim acontecer, atendendo a que depois é possível passar algumas competências para as associações de moradores será possível criar condições para candidatar o projeto a fundos comunitários. O Município tem todo o interesse na requalificação daqueles espaços, quer no edifício quer nos espaços exteriores. Por esta via resolveríamos o problema, pois o amianto não deixa de ser um problema.

Relativamente aos moinhos da abelheira, foi informado que ainda no mandato anterior havia sido feito um trabalho de aprovação do projeto, tendo sido ultrapassados os problemas relativos ao licenciamento. Conseguiu-se fechar o projeto de execução, tendo-se partido para a declaração de utilidade pública. Neste momento a câmara possui dois moinhos, sendo que os restantes terão de ser expropriados, uma vez que não se consegue chegar a acordo. Tem havido algumas dificuldades pois nalgumas parcelas existentes não se sabe concretamente quem são os proprietários. Este é o ponto de situação, sem a identificação dos proprietários dos terrenos da área de intervenção não se consegue avançar com a declaração de utilidade pública. É intenção do município avançar com o projeto e assim que surgir a oportunidade apresentaremos candidatura a fundos comunitários.

Relativamente à questão do saneamento básico em Ofir, o senhor Presidente referiu que a informação que dispõe é que toda a zona de Ofir, Hotel Ofir, e torres tem saneamento, que a estalagem Parque do Rio também tem saneamento com sistema de bombagem, sendo que as moradias naquela zona não têm saneamento.

Relativamente à falta de canteiros e flores, para além de vandalismo, também é do conhecimento geral que no mandato anterior, numa ótica de poupança, porque quer as plantas quer a manutenção dos jardins é cara, embora haja produção própria no horto, apesar de insuficiente, a estratégia que tem vindo a ser seguida é que algumas zonas não deveriam ter esse tipo de plantas, deviam ser criadas zonas de pouca manutenção e custos reduzidos recorrendo a materiais inertes.

Relativamente à Biblioteca, o senhor Presidente da Câmara informou que, por uma questão de poupança, deixou-se de assinar algumas revistas, no entanto é uma situação fácil de analisar e ver também as utilizações que têm essas publicações, se de facto forem muito requisitadas, faz todo o sentido que se volte a assinar. Relativamente à revista “vértice” o último número publicado foi mesmo no ano de 2009, pelo que esta revista não será um bom exemplo. Continuando no uso da palavra e respondendo às questões colocadas pelo senhor deputado João Felgueiras, quanto ao tribunal de Esposende, o senhor Presidente da Câmara referiu que, desde que a câmara foi consultada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses para se pronunciar em relação a esta matéria, manifestou desde logo a sua discordância, sendo que, posteriormente este teve uma reunião com os representantes locais da ordem dos advogados, em que manifestaram a sua opinião, tendo o mesmo enviado uma carta à senhora Ministra, no

sentido de manifestar a sua total discordância em relação ao que estava a ser feito.

Continuando no uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara, relativamente à questão da democracia participativa, referiu que este conceito é muito amplo e o conceito que tem de democracia participativa não é o conceito de manifestação, de sairmos para a rua, tendo entendido que havia um pouco disso implícito nas palavras do senhor Deputado Municipal. Relativamente à visita do senhor Ministro, o senhor Presidente referiu que efetivamente a mesma não se verificou como planeado, tendo vindo o senhor Secretário de Estado, numa dedicação total a Esposende, e no sentido de preparar a vinda do senhor Ministro, que está agendada para o dia 5 de junho, dia do Ambiente, para lançar a obra de S. Bartolomeu do Mar. Quanto ao IMI, quer este executivo, quer o anterior não pode levar lições de moral nesta matéria, pois sempre tiveram um comportamento exemplar, sendo preciso não esquecer que a taxa máxima é de 0,5%, em Esposende era de 0,4%, passou-se para 0,35% há dois anos, e este ano voltou-se a descer o IMI em 0,01%. Esposende tem das taxas mais baixas da região.

É importante referir que houve receitas que aumentaram e também houve receitas que têm reduzido drasticamente, como é o caso das taxas urbanísticas. Também da parte do Estado tem havido constantemente cortes nas transferências. Também houve uma perda significativa de receita por via do licenciamento zero, publicidade, horários de funcionamento, redução na taxa de esplanadas.

Relativamente ao edifício dos Paços do Concelho, está neste momento para ser lançada uma empreitada, por ajuste direto para a pintura do edifício. Quanto à rampa a colocar na entrada do edifício, prende-se com as acessibilidades e certamente que irá ser um pouco polémico, algumas pessoas vão com toda a certeza criticar, mas o mais importante são as acessibilidades para as pessoas mais idosas e pessoas com mobilidade reduzida. Esta situação será corrigida muito em breve, sendo que a rampa de acesso ao edifício será colocada depois de efetuada a pintura.

Relativamente ao parque da cidade e ao posto de abastecimento de combustíveis, não tem nada a ver com nenhuma dinâmica nova, simplesmente quando foi autorizada a requalificação do posto de abastecimento de combustível a nascente, foi condição do executivo anterior que tivessem que eliminar o posto que estava a poente, e o que estão a fazer é dar cumprimento ao definido previamente.

O projeto Parque da Cidade é um projeto emblemático para a cidade nos próximos anos. No entanto, a maior parte dos terrenos são privados, comprar apenas o terreno do posto de combustível não iria resolver o problema, pois a intervenção tem 18 hectares. Vai ser muito difícil partir para um projeto desta envergadura e não faz sentido enganar as pessoas. Vai ser desenvolvido o projeto até ao final, vai ser subdividido em fases e vai-se esperar pela oportunidade de apresentar candidaturas, sem que isto se transforme numa promessa, vai-se trabalhar com consciência das dificuldades.

Relativamente às questões colocadas pela senhora deputada Filipa Miquelino, quando disse que está muito ansiosa com o aparecimento de resultados, o senhor Presidente referiu que este executivo está há 6 meses à frente dos destinos do Município e certamente vai ter oportunidade de ver que se vai voltar a reforçar algumas rubricas com o superavit de um milhão e quinhentos e oitenta e dois mil euros que se alcançou neste exercício, precisamente para se preparar o futuro, e preparar o futuro é preparar projetos, aquisição de terrenos, por muito que possam vir à Assembleia, e podem vir sem problema nenhum, pois são projetos transparentes. Continuando, o senhor Presidente referiu que não o incomoda que digam que a câmara comprou um pavilhão, um terreno. Comprou e vai comprar mais, assim como vai vender o património que não tem interesse para o Município, ajustando-o ao projeto político que tem. O

senhor Presidente referiu que, no dia em que for encontrada uma situação menos clara, agradece que tenha a coragem de o dizer em sede de Assembleia e de recorrer às instâncias superiores.

A justificação da compra do armazém para a Esposende Ambiente prende-se com o facto de a Esposende Ambiente ter algumas instalações da década de 50/60, tendo sido uma estrutura construída de forma modelar, não sendo uma estrutura adaptada à exigência de uma empresa certificada e de referência como a Esposende Ambiente. A Esposende Ambiente comprou um terreno com cerca de 6 mil metros quadrados, posteriormente comprou outra parcela de terreno com cerca de 7 mil metros quadrados, com a intenção de no futuro desenvolver um projeto para um edifício, sendo que esse projeto não chegou a ser desenvolvido, existindo apenas um estudo prévio que, de acordo com a área, apontava para uma estimativa orçamental a rondar os 800 mil euros. Entretanto surgiu a oportunidade de comprar mesmo em frente ao dito terreno, um pavilhão com mil metros quadrados de área de oitocentos metros quadrados de logradouro, com utilização imediata, e com boas condições de pagamento, pagando 300 mil euros de entrada e 100 mil euros em cada ano nos próximos três anos. O senhor Presidente informou ainda que a aquisição foi feita pela Esposende Ambiente e não pela Câmara Municipal, no entanto tem conhecimento de todo o processo. A mais-valia do negócio, é a possibilidade de vender uma parte do terreno e realizar quase a totalidade do capital da compra daquele edifício, quando se construísse em cima daquele terreno ficaria impossibilitado de o vender. Por este motivo considera ter sido um excelente negócio.

Relativamente ao apoio aos pescadores, referiu poder dar a informação e pedindo desculpa por ainda não o ter feito. Há oito dias atrás deslocou-se a Lisboa acompanhado pelos pescadores e por responsáveis do ICNF para ver os equipamentos de dragagem do rio a funcionar na doca de Alcântara. A intervenção ainda não teve início porque se obteve um parecer desfavorável, sendo uma questão de legalidade pois a câmara assumiu que iria fazer a obra e assim continua.

A empresa em causa é holandesa, tendo havido muita dificuldade no contacto, tendo-se aproveitado o facto de estarem a trabalhar em Alcântara para irem ver a forma de atuar, sendo que a empresa já esteve também na Ria de Aveiro, e um pouco por todo o mundo.

Esta visita foi muito proveitosa, tendo todos ficado bem impressionados, aguardando-se agora o parecer do ICNF. O senhor Presidente referiu ainda que apesar de achar que as coisas estão bem encaminhadas ainda não há resultados oficiais.

Referiu ainda que teve uma reunião hoje com os responsáveis da empresa no qual ficou acordado o envio do orçamento com o custo da intervenção, sendo que, mal haja parecer favorável, esta intervenção pode ser já em julho.

Relativamente ao Plano Diretor Municipal há uma reunião no dia 7 de maio na Comissão de Coordenação para avaliar o PDM, sendo que da parte da Câmara Municipal o assunto está terminado.

Quanto aos centros escolares, o senhor Presidente referiu que, contrariamente ao que acontece em muitos municípios, onde chegou a haver promessas de construção de quase 20 centros escolares e serem concretizados meia dúzia deles, aqui em Esposende, do que havia sido previsto foram feitos os de Esposende, Fão e está a ser terminado o de Forjães.

02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

02.01. – JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE PALMEIRA DE FARO E CURVOS – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO – PROPOSTA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 13 de março de 2014, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, delibere sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

Antes do assunto ser proposto a votação usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, referindo que o presente assunto prende-se com questões legais e justifica um dos outros pontos da ordem do dia que é precisamente o Regulamento de apoio às Juntas de Freguesia, pois considero ridículo mas a lei assim obriga que o assunto tenha que ser trazido à Assembleia Municipal e o tempo que demora, pois o pedido é de janeiro, foram feitas as diligências para aferir a disponibilidade do equipamento e em 13 de março o assunto foi a Reunião de Câmara e só agora é que foi possível trazer à Assembleia Municipal. Cumprimos apenas uma prerrogativa legal.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PEDIDO DE CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO. -----

02.02. – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS – ANO DE 2013 E PLANO DE GESTÃO DE RISCOS – ANO DE 2014 – PROPOSTA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 17 de abril de 2014, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório de Avaliação do Plano de Gestão de Riscos referente ao ano de 2013 e Plano de Riscos referente ao ano de 2014. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

Antes do assunto ser proposto a votação usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, referindo que o documento apresentado é um documento em que se cria um conjunto de procedimentos, tendendo-se a evitar que haja problemas. É um documento produzido, por parte da Lei, e nós somos um município cumpridor, somos muitas vezes penalizados por sermos cumpridores.

De seguida usou da palavra a senhora Vereadora Eng.ª Raquel Vale, referindo que de acordo com a estrutura orgânica da Câmara Municipal existe um serviço de auditoria interna, ou seja um serviço com recursos internos, trabalhadores da autarquia que têm por fim planear um conjunto de auditorias que possam responder a três sistemas, um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, que por lei temos que preparar e auditar e fazer cumprir aquilo que planeamos e ver onde é que falhamos de forma a podermos minimizar as possíveis ocorrências de situações de corrupção, temos a resposta ao ponto 9.2 do POCAL, que tem a ver com o sistema de controlo interno, com a resposta à nossa norma de controlo interno, que nesta fase está em processo de revisão, e temos ainda um terceiro sistema a que temos que responder que é o sistema de qualidade e ambiente, que é referido no relatório de gestão.

Com auditores formados internamente fazemos auditorias que possam numa mesma análise, documentação e entrevista ao colaborador responder a estes três sistemas, por isso este número

de auditorias foi planeado no início do ano, tem a ver com processos do sistema de gestão da qualidade que usam estes dois referenciais e são levados a cabo pelo município. Relativamente ao resultado dessas auditorias, podem analisar no relatório de gestão que hoje é trazido aqui também.

Usou da palavra Orlando Rua, do Grupo Político do PS, cuja intervenção tem o seguinte teor:

“O plano de gestão de riscos do Município de Esposende tem como objetivo fundamental prevenir situações de corrupção e infracções conexas.

O relatório de avaliação ora apresentado refere-se ao controlo do plano de gestão de riscos de 2013, apresentando para a quase totalidade das atividades identificadas risco controlado, ou seja, “Ausência de evidências da ocorrência de algum evento com impacto nos objetivos da Câmara Municipal, mas com potencial risco associado.” (p. 4).

Como poderemos chegar a tais resultados (risco controlado) se para a maioria das atividades não são indicadas as respetivas medidas de controlo e monitorização?

Onde estão identificados os competentes objectivos e a mensuração dos respetivos impactos?

Mais, como poderemos proceder à avaliação das medidas implementadas (quando nem sequer foram indicadas, portanto, inexistentes) como acção eficaz, isto é, acção implementada. É um documento, ele mesmo, ineficaz dado não concorrer para a função de controlo de situações de corrupção e infracções conexas.

O plano de gestão de riscos de 2014 enferma das mesmas incorrecções e imprecisões técnicas, pelo que se sugere uma profunda melhoria do mesmo.”

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO, E DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS – ANO DE 2013 E PLANO DE GESTÃO DE RISCOS – ANO DE 2014. -----

Votaram a favor 17 membros do Grupo Político PSD, 2 membros Independentes, 2 membros do Grupo Político do CDS-PP e 1 membro do Grupo Político do PS, num total de 22. Absteram-se 6 membros do Grupo Político do PS e 1 membro do Grupo Político da CDU, num total de 7.

02.03. – REGULAMENTO DE FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – PROPOSTA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 17 de abril de 2014, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º, aprove o regulamento de formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

Antes do assunto ser proposto a votação usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, referindo que o regulamento apresentado vai permitir agilizar de alguma forma os apoios às Juntas de Freguesia sem que se tenha que aguardar o espaço temporal para a realização das sessões ordinárias da Assembleia Municipal. É um regulamento simples, bastante explícito, com obrigatoriedade de dar conhecimento à Assembleia Municipal de todos os apoios concedidos às Juntas de Freguesia.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE REGULAMENTO DE FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA. -----

02.04. – APOIO FINANCEIRO PARA LIMPEZA DE PRAIAS E PINHAIS E OUTROS ESPAÇOS – PROPOSTA.

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 17 de abril de 2014, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º, autorize a proposta de cedência de apoio financeiro às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO PARA LIMPEZA DE PRAIAS E PINHAIS E OUTROS ESPAÇOS. -----

02.05. – RELATÓRIO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2013 – PROPOSTA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 17 de Abril de 2014, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove o Relatório de Gestão do Município de Esposende referente ao ano de 2013. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

Antes do assunto ser proposto a votação usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, referindo que relativamente a este documento já disse praticamente tudo na reunião de câmara. O relatório de gestão do município de Esposende, é um documento que deveria ser considerado com exemplo a nível do país. A situação de grande parte dos municípios é má, e o município de Esposende ao longo dos anos conseguiu consolidar uma situação financeira invejável. Analisando as contas, toda a gente percebe que houve muito rigor no orçamento anterior o que permitiu que a execução fosse desta natureza.

Usou seguidamente da palavra Albino Neiva, do Grupo Político do PSD, com a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar congratulamo-nos e felicitamos a Câmara Municipal pela excelente execução orçamental de 2013 que atingiu os 90%, correspondendo à média entre o resultado da execução das receitas (92%) e o resultado das despesas (85%) com um superavit de 1.582.173 € (Um milhão quinhentos e Oitenta e dois Mil Cento e Setenta e três Euros). Isto só é possível porque os documentos previsionais elaborados pelos executivos do PSD são feitos com muito rigor e com verdadeiro conhecimento da realidade do concelho, elementos que estiveram em cima da mesa quando o Senhor Presidente da Câmara e seus vereadores elaboraram o Plano e Orçamento para 2014 e que nós aqui aprovamos.

Só uma boa política, de rigor na gestão, e baseada em opções corajosas, levada a efeito pela gestão PSD, trabalhando mesmo em contra-ciclo nacional, poderia colocar este município

entre aqueles que, a nível nacional, melhor saúde financeira apresentam e de maior rigor na gestão da coisa pública.

De realçar que ao longo de 2013 foram realizadas 22 auditorias que, com os seus resultados, permitiram melhorar substancialmente as estratégias e as acções tendentes a otimizar, cada vez mais, os serviços desta autarquia.

Tudo isto é mais evidente quando, todos sabemos, que o governo da nação sentiu necessidade em “espremer” as transferências para os municípios, que 2013 foi caracterizado por grandes desafios que mexeram, naturalmente, com a vida económica, financeira e social, de todos nós e, por conseguinte, do próprio município.

É bom ler nestes documentos, ora em apreciação, que, por exemplo os limites legais, sejam os de Empréstimo a Curto, Médio e Longo Prazo, seja o limite legal de débitos a terceiros, sejam os desequilíbrios financeiros conjunturais ou mesmo estruturais, estão perfeitamente controlados e, realço mesmo, muito abaixo do que seria legalmente possível.

Senhor Presidente da Câmara

Olhando atentamente para estes documentos vemos que ainda 38% das Receitas Estruturais resultam das transferências da Administração Central correspondendo a um crescimento anual, entre 2010 e 2013 de aproximadamente 3%. Não é muito mas gostaríamos de ver o nosso município a ter maior autonomia em relação à administração central. Estamos certos que, a continuarmos com este rigor, transparência e exigência que V. Ex.^a impõe à governação municipal, caminharemos nesse sentido.

Por último não nos podemos deixar de realçar a posição assumida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que na sua auditoria e certificação Legal das Contas do Município para o ano de 2013, diz claramente que estes dois documentos – Relatório e Gestão de Contas e a Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício, estão em condições de serem aprovados por esta Assembleia Municipal.

Assim o Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal vai votar favoravelmente os documentos apresentados.”

Seguidamente interveio Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, tendo referido que este relatório dá-nos conta de uma parte da ação do município, deixando de fora vertentes que considero fundamentais nomeadamente as empresas municipais.

O senhor Presidente na sua apreciação das contas refere que o ano de 2013, à semelhança dos anos anteriores, foi um ano de grandes dificuldades ao nível da gestão financeira, atendendo à conjuntura económica, financeira e social que o país atravessa. No entanto dá-me a entender que o senhor Presidente está aqui com a choraminguice, já o seu antecessor também era, é uma linha de continuidade que não encontra suporte na realidade dos números.

Atenta à evolução das receitas globais de 2010 e 2013 verificamos que houve de facto uma evolução negativa de menos 2,6%, e relativamente a 2012 uma retração de 0,9%, contudo este relatório também nos evidencia o exponencial aumento das receitas estruturais designadamente dos impostos diretos, e não podemos fugir a isto senhor Presidente, concretamente o IMI e o IUC, e estas últimas receitas são receitas que nada têm a ver com dinâmicas de desenvolvimento económico do concelho, resultam de políticas de austeridade que atormentam os portugueses em geral e claro os esposendenses, temos assim e cada vez mais o município a depender do esforço contributivo das gentes de Esposende e essencialmente deste esforço contributivo.

Esta é a lamentável realidade que mais uma vez temos que denunciar, e temos uma Câmara Municipal que bem poderia aliviar a carga fiscal que onera as famílias e contribuintes do nosso concelho, mas opta por não o fazer e opta ao invés por desfraldar a bandeira do superavit e do resultado líquido de 3 milhões de euros.

Por outro lado, atenta às despesas estruturais constatamos desde 2010 uma constante evolução negativa, menos 3,5%, tendo registado uma diminuição face a 2012 de 6% e não fosse justa a reposição dos subsídios de férias aos trabalhadores em resultado do Acórdão do Tribunal Constitucional, estaríamos face a uma mais acentuada redução das despesas estruturais. De tudo isto resultam os superavits que a Câmara Municipal apresenta como bandeira de sucesso e rigor.

Não faz qualquer sentido apresentar saldos positivos na ordem dos 3 milhões de euros e ao mesmo tempo ter uma população sacrificada com impostos e mais impostos, quando de facto este bolo permite vir para as taxas mínimas previstas desde logo em termos de IMI.

Como já referi em intervenções anteriores esta Câmara PSD segue de forma convicta os ditames da troika interna e externa, estas são marcas da gestão desta Câmara, que sempre negou aos seus trabalhadores a melhoria das condições remuneratórias, quando nunca permitiu a alteração da posição remuneratória dos seus trabalhadores por opção gestonária, que é um direito dos trabalhadores que está consagrado na lei.

O senhor Presidente fala e não tem os problemas da maior parte dos municípios, a gestão que é feita é uma gestão quase que caseira por isso permite apresentar estes resultados. Continuamos a ter nestes documentos injustificadas despesas com assessorias de imprensa, assessorias jurídicas que a meu ver não se justificam, assim como continuam sempre significativas as despesas com estudos e pareceres.

Quanto ao PCP vemos nestes documentos demonstrações claras de má despesa pública. Para finalizar a minha intervenção, dizer que não descortino o tão apregoado rigor, rigor até à exaustão de que estamos no mar de rosas, há coisas positivas mas temos que ser realistas e sinalizar o que está menos bem, no sentido de caminhar e melhorar caminhando.

Usou seguidamente da palavra Orlando Rua, do Grupo Político do PS, com a seguinte intervenção:

“A discussão do Relatório de Gestão do Município de Esposende relativo ao ano de 2013 é o momento em que avaliamos o desempenho do executivo camarário em termos políticos, económicos e sociais, apresentando este uma série de pontos fortes e pontos fracos que importa considerar e analisar.

Quanto aos pontos fortes, a gerência dos documentos previsionais de 2013 apresentam transversalmente taxas de execução bastante positivas do plano plurianual de investimentos (86%), do plano de atividades municipais (82%) e do orçamento da receita e da despesa de, respetivamente, 92% e 85%, negá-lo seria pura teimosia e politiquice. Destacamos ainda a capacidade de atrair receitas extraordinárias por via de fundos comunitários e contratos programa que representaram 12% das receitas globais da autarquia – grande feito, considerando o terminus do QREN a 31-12-2013 – não podendo a autarquia queixar-se de falta de apoio financeiro. O Município de Esposende apresenta assim uma salutar situação de equilíbrio financeiro.

Gostemos, ou não, estes resultados têm um rosto: João Cepa (ex-Presidente da Câmara Municipal), e omitir, nem que seja uma singela referência ao trabalho por si desenvolvido, é, no mínimo, deselegante.

Apesar dos resultados alcançados o grupo político municipal do PS, está bastante à vontade relativamente a essa situação. Obviamente com perspectivas distintas do PSD, sempre com maiorias no órgão executivo e deliberativo, acerca do desenvolvimento económico e social do concelho, fruto de idiosincrasias e ideologias diferentes, tendo apresentado ao longo do último mandato projetos, ações e iniciativas concretas que se aproximavam das reais necessidades e lacunas sentidas pelos munícipes, entrando então em salutar discussão com o ex-Presidente da Câmara nas várias sessões da Assembleia Municipal. Contudo, a maioria PSD nunca as acolheu, nem sequer analisou tais propostas, demonstrando falta de insensibilidade para vislumbrar o que efetivamente estava em causa: os superiores interesses dos munícipes.

Quanto aos pontos fracos, fazemos a seguinte consideração prévia:

Gerir com rendas garantidas por via das receitas advindas de impostos diretos (cuja receita aumentou de 2010 para 2013, em termos médios, 3%), como é o caso particular do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) (cuja receita aumentou de 2012 para 2013 em 7,2%), crescimentos reais bastante acima da taxa de inflação, não requer grandes competências e capacidades de gestão. Aqui o cidadão/munícipe não tem alternativa senão pagar cada vez mais, pasme-se, o valor de avaliação dos imóveis nas respetivas matrizes estão bastante acima do preço de mercado. Afinal vivemos, ou não, numa economia de mercado? No que tange a esta temática temos antes uma economia estatizante. As transferências da administração central também ajudaram bastante, destacando-se, porque sai do bolso dos esposendenses, a participação fixa do município no IRS (cerca de 1.000.000,00€ em 2013).

Pontos fracos:

Plano Plurianual de Investimentos, projetos que ficaram aquém daquilo que a população desejava:

- *Centro Educativo de Forjães (tx. execução: 71%);*
- *Construção e requalificação de equipamentos educativos (tx. execução: 53%);*
- *Ramais e equipamentos de iluminação pública para indústria (tx. execução: 47%);*
- *Redes de drenagem de águas pluviais (tx. execução: 9%);*
- *Construção e reparação de equipamentos desportivos (tx. execução: 8%);*
- *Etc.*

Plano de Atividades Municipais, projetos/ações:

- *Plano municipal de luta contra a pobreza (tx. execução: 48%);*
- *Atividades e projectos de solidariedade social e programa de emergência social, sem execução;*
- *Realização de atividades de animação turística (tx. execução: 41%);*
- *Programa Comenius Regius (tx. execução: 33%);*
- *Ampliação do cemitério paroquial de Apúlia (tx. execução: 38%);*
- *Ampliação do cemitério paroquial de Rio Tinto (tx. execução: 53%);*
- *Requalificação do Estádio Horácio Queirós - Forjães (tx. execução: 10%);*
- *Etc.*

Orçamento:

Argilosa execução da venda de bens de investimento, representando somente 2% da receita global do Município, aqui valeu as receitas advindas dos fundos comunitários e contratos programa para evitar o descalabro orçamental.

Efetivamente, a Câmara Municipal de Esposende apresenta disponibilidades significativas em depósitos bancários e caixa e uma liquidez invejável, é verdade, não nos esqueçamos como alcançou tal proeza. Realizou “vendas” patrimoniais à Esposende Ambiente, sem que os

montantes dos reembolsos de fundos comunitários por esta, entretanto, recebidos tivessem servido para amortizar os empréstimos bancários por ela contraídos por conta dos investimentos financiados pela União Europeia. Ora, quando esses reembolsos chegaram, a Câmara Municipal concretizou as referidas “vendas” capitalizando os cofres da tesouraria autárquica, deixando o passivo da Esposende Ambiente inalterado. Tudo feito numa lógica intra-grupo municipal, com objetivo exclusivo de apresentar contas do Executivo Municipal que impressionem a opinião pública. Sem este tipo de operações as disponibilidades desceriam drasticamente e, conseqüentemente, a respetiva liquidez. Foi este o milagre da gestão financeira autárquica do PSD...

O município apresenta resultados que, após análise de sensibilidade efetuada, permitem desonerar municípios, famílias, instituições e empresas, por via do desagravamentofiscal (e.g. IMI e IRS) sem comprometer o equilíbrio financeiro da autarquia. A política do executivo PSD no mandato anterior foi muito tímida e pouco ambiciosa neste domínio. As pessoas vivem com os rendimentos do seu trabalho e não com expectativas de que a conjuntura irá melhorar e de que a crise é já uma miragem, pelo que subtrair tais rendimentos não é socialmente aceitável e é economicamente errado e insensato. Este é o fundamento central do nosso voto CONTRA o presente relatório de gestão.”

De seguida usou da palavra o senhor Presidente referindo que é importante esclarecer que não estamos a discutir o orçamento, estamos a discutir as contas do ano de 2013 e todas as opções tomadas no referido ano, que confesso terem sido extremamente rigorosas. Relativamente às empresas municipais, em junho vamos ter a consolidação das contas do grupo público e aí vão ter a oportunidade de verificar as contas do Município e das empresas municipais.

Das dificuldades referidas tivemos uma redução significativa nas taxas urbanísticas, quanto ao IMT o valor não é o mesmo de há uns anos atrás. Houve também a questão da intempérie e não querendo utilizar o método comparativo, as taxas de IMI dos municípios vizinhos são acima das taxas praticadas por nós. Temos vindo a baixar ao longo dos anos e a vontade seria reduzir ainda mais, mas o dinheiro não dá para tudo, além do que considero que já temos um política social bastante apurada e alargada. Este é o meu entendimento político da gestão autárquica.

Relativamente à desvalorização dos resultados obtidos face à nossa dimensão, não consigo entender essa forma de pensar, pois conheço municípios mais pequenos que recorreram ao PAEL e que têm a situação financeira bastante complicada.

Somos um município que não tem problemas sociais graves é um facto, mas é claramente resultado do trabalho feito ao longo dos anos, não permitindo que caminhássemos para esse patamar. Neste sentido não percebo essa lógica, pois não tem a ver com a dimensão, mas sim com gestão.

Relativamente às questões colocadas pelo senhor deputado Orlando Rua, que frisa e acaba por ser redundante em relação ao que tinha dito, não foi à toa que me fiz acompanhar neste executivo de vários elementos que já estavam no anterior, é porque de facto o trabalho estava a ser bem feito e me davam todas as garantias.

Relativamente à venda dos bens de investimento, pelo que percebi no orçamento anterior havia um valor exagerado na venda de bens de investimento, que depois não se realizou porque não se vendeu nada, mas conseguiu-se realizar dinheiro através das transferências dos fundos comunitários.

Refiro mais uma vez que não estamos a discutir o orçamento, estamos apenas a verificar a concretização do orçamento para 2013.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO PARA O ANO DE 2013.-----

Votaram a favor 17 membros do Grupo Político PSD, 2 membros Independentes, 2 membros do Grupo Político do CDS-PP e 2 membros do Grupo Político do PS, num total de 23. Votaram contra e 5 membros do Grupo Político do PS e 1 membro do Grupo Político da CDU, num total de 6.-----

Foi proferida uma declaração de voto pelo senhor membro Municipal Manuel Melo, que se transcreve:

“Voto favoravelmente, pelo motivo de gestão que foi realizada, mas peço para que estejam atentos para os efeitos corporativos no futuro.”-----

02.06. – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2014 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL – REVISÃO ORÇAMENTAL – PROPOSTA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 17 de Abril de 2014, foi presente na sessão os Documentos Previsionais de 2014 – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito.-----

Usou da palavra Orlando Rua, do Grupo Político do PS, com a seguinte intervenção:

*“O Município de Esposende apresentou em 2013 um saldo de gerência de 1.582.173,20€.
Propõe o Senhor Presidente da Câmara Municipal que 300.000,00€ sejam aplicados no reforço da dotação para aquisição de serviços de “Estudos, pareceres, projectos e consultoria” e 1.000.000,00€ para aquisição de “Terrenos”.
O Senhor Presidente sempre justificará tal aplicação com a necessidade da realização de estudos e projetos e de terrenos para construção de equipamentos vários.
Pois bem, relembro aqui, dando por integralmente reproduzida o teor da minha intervenção na sessão da Assembleia Municipal de 29-11-2013, onde, entre outras questões, o grupo político municipal do PS confrontou as apostas que o atual executivo municipal pretende levar a efeito no turismo, na agricultura e pescas, no comércio, na indústria, etc, com o vertido nos documentos previsionais para 2014 apresentados pelo mesmo.
Alertamos então para a inscrição em sede de Plano Plurianual de Investimento de dezenas de projetos com dotação orçamental de 100,00€, ou de outros com dotações residuais.
Para grande surpresa, presumo de todos os presentes nesta Assembleia, opta o agora Presidente da Câmara Municipal por abandonar os projetos inscritos nesse plano, sim abandonar, pois esta seria a oportunidade para dota-los orçamentalmente e dar um sinal de que efetivamente os quer executar. Os documentos previsionais para 2014 passam assim, em grande medida, para uma dimensão meramente estratosférica.
A Autarquia prevê com esta proposta de revisão orçamental gastar, a título de despesa corrente, aproximadamente 940.000,00€ somando pessoal em regime de tarefa ou avença, com estudos, pareceres, projetos e consultadoria e outros trabalhos especializados, quando o poderia canalizar diretamente para projetos relacionados com funções económicas como o turismo, agricultura e pescas, comércio e indústria, educação, ação social, etc.
Porquanto, o nosso voto somente poderá ser CONTRA a presente proposta de aplicação do saldo de gerência de 2013.”*

Usou seguidamente da palavra Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, com a seguinte intervenção:

“ Sobre este assunto, o questionamento que fez ao edil Benjamim Pereira sobre a inscrição de tão elevado montante (1 milhão de euros) para aquisição de terrenos, afirmando que a dotação em causa era uma exorbitância, mais ainda quando destinada a aquisição de terrenos que ninguém sabe quais são e para que se destinam. Foi criticado o secretismo que envolve todo este dossier. Por isso, em coerência, e na linha das posições tomadas, Manuel Carvoeiro referiu que votava contra esta proposta.

Quanto aos 300 mil euros para estudos, projetos e pareceres, Manuel Carvoeiro questionou o Presidente da Câmara sobre quais os estudos e pareceres onde tenciona gastar o montante em causa. Disse-lhe mesmo que esta Câmara não pode continuar a inscrever montantes elevadíssimos com estas rubricas, quando tais verbas deveriam, na opinião do PCP, ser destinadas à Cultura, à Educação, ao Apoio social. Assim, também a proposta de dotação de 300 mil euros para estudos, projetos e pareceres contou com o voto contra do PCP.

Usou seguidamente da palavra Artur Viana, do Grupo Político do CDS, com a seguinte intervenção:

“O CDS aprova a revisão orçamental atendendo a que este é o instrumento que permite ao executivo maioritário eleito cumprir a proposta apresentada ao eleitorado e amplamente sufragado. O eleitorado escolheu de forma esclarecida e clara e ao CDS compete o papel de fiscalizador e não de bloqueio, por isso não contem connosco para fazer oposição de bloqueio. Estamos no início do quadro comunitário e como os fundos comunitários são essenciais ao cumprimento e execução dos projetos autárquicos, pois são parceiros de privilégio do município, não iremos de todo inviabilizar este instrumento.

Este instrumento é o primeiro deste executivo, que tem legitimidade para levar a cabo o seu programa e que naturalmente contará sempre com o apoio e fiscalização do CDS em nome dos interesses dos nossos municípios, todas as rubricas deste instrumento terão seguramente que ser votadas em reunião de câmara e como tal o papel de fiscalizador do CDS far-se-á nesse órgão.

Estamos com esta aprovação a dar um voto de confiança e este executivo, composto por cidadão íntegros com exercício político de transparência e lealdade, que até à data, desde o início do mandato, vem esclarecendo cabalmente todos os pedidos de esclarecimento da oposição.”

De seguida usou da palavra o senhor Presidente referindo em resposta ao senhor deputado Orlando Rua e dizer que nós estamos a falar de uma revisão orçamental e de lançar uma verba que não estava consignada no orçamento de 2014. O que não implica que não possam haver alterações orçamentais, o que não pode acontecer era não termos as rubricas abertas e não corresponde à verdade o que acabou de dizer, a todo o momento em alterações orçamentais podemos alterar verbas. Reforçamos as áreas que consideramos prioritárias.

Não vou dizer quais são os projetos que estão em causa, irei fazê-lo a seu tempo.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A REVISÃO ORÇAMENTAL NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA. -----

Votaram a favor 17 membros do Grupo Político PSD, 2 membros Independentes, 2 membros do Grupo Político do CDS-PP e 2 membros do Grupo Político do PS, num total de 23. Votaram

contra 5 membros do Grupo Político do PS e 1 membro do Grupo Político da CDU, num total de 6. -----

03 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

Seguidamente usou da palavra o senhor Ramiro Viana referindo que gostava de falar sobre as comemorações dos 40 anos do 25 de Abril e felicitar a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal por ter deliberado comemorar a revolução de Abril.

Esperamos que estas comemorações não sejam uma exceção por serem os 40 anos, esperamos que estas comemorações perdurem nos anos seguintes, com mais solenidade e com mais iniciativas.

Foi bonito ver o auditório lotado, ver a iniciativa da autarquia em distribuir os cravos, ver muita gente de cravo ao peito, símbolo da revolução. É importante que se festeje a data não só pelos 40 anos, mas sempre. Foi bonito ver as pessoas a colaborar, a cantar o hino nacional. Gostava que a autarquia mantivesse as comemorações cada vez com mais dignidade, pois é devido a essa revolução que os senhores estão aí, e nós falamos desta maneira.

Sou um leitor assíduo da biblioteca e é com estranheza que reparo que a biblioteca deste concelho não tem um jornal desportivo. O nosso concelho é um concelho de campeões, com muitas notícias de desporto e antigamente havia um jornal de desporto, agora já não há. Apelo para que a biblioteca municipal possa ter um jornal desportivo.

Gostaria também de referir um tema já abordado pelo senhor deputado Manuel Carvoeiro, e o que vou dizer não é para o atual Presidente da Câmara, mas foi pena a Câmara de Esposende não ter aproveitado a opção gestionária, uma vez que se dizia e diz que os trabalhadores do município são competentes e cumpridores, foi realmente uma pena não ter aproveitado a oportunidade de opção gestionária.

Seguidamente usou da palavra o senhor Presidente que agradeceu a intervenção do senhor Ramiro Viana e dizer que a democracia participativa está ao nosso alcance mais do que nós pensamos e desperdiçamos estas oportunidades. É uma pena e já falamos muito sobre isto, já fui presidente de junta e raramente tínhamos uma assembleia participada. Daí agradecer de uma forma muito clara ao senhor Ramiro Viana por ter tido esta sua intervenção e de alguma forma preencher este ponto de ordem de trabalhos destinado ao público.

Relativamente às comemorações do 25 de Abril, apenas dizer que trabalhamos em colaboração com a Assembleia Municipal, fizemos o que foi possível com muita dignidade, tivemos diversas iniciativas, nomeadamente uma exposição, o lançamento do livro e da parte da tarde a sessão comemorativa.

Quanto ao facto de não haver jornal desportivo na Biblioteca, não sabia, mas com certeza que se irá colmatar essa falta.

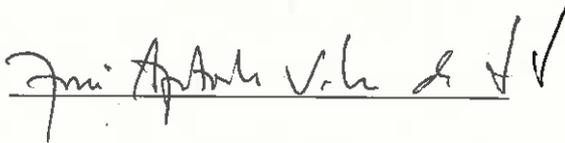
Relativamente à opção gestionária eu não vou dizer que se estivesse aqui fazia ou não, depende da conjuntura da altura, as decisões tomam-se em função da conjuntura em que nos surgem as oportunidades. Mas posso dizer uma coisa, os trabalhadores são muito mal pagos, a ideia que se tem hoje do funcionário público é completamente distorcida da realidade, as pessoas são mal pagas, as pessoas exigem muito do funcionário público pois pensam que ganham muito dinheiro.

-- Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta

elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas. -----

---Sendo vinte e quatro horas e quarenta e cinco minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

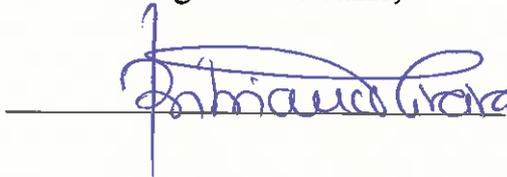
O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



O Segundo Secretário,



ATA

N.º 03/2014

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
29 de abril de 2014**